

PDS reafirma que é contra

"Em política, nada é definitivo". Apesar desta afirmação, que sugere a disposição de negociar, o líder pedessista Amaral Netto reiterou ontem que o seu partido não admite a soberania absoluta da Constituinte por entender que os poderes da Assembléia limitam-se à elaboração do novo texto constitucional.

A espera de um telefonema do deputado José Lourenço, líder do PFL, que se encontrava em Salvador, Amaral desconhecia ontem à tarde o andamento das negociações mantidas entre o pefelista e o líder do PMDB, Luis Henrique. Por via das dúvidas, garantiu que o seu partido permanece firme na disposição de pedir votação nominal para os mais de 100 destaques ao projeto de regimento, o que significaria protelar a aprovação da matéria por cerca de vinte dias.

"É preferível perder um pouco mais de tempo na elaboração de um texto melhor do que aprovar acodadamente um mau regimento", explicou o parlamentar. Além do cacife de seu próprio partido, do PFL e do PTB, ele contabilizava ontem boa parte da bancada do PMDB que seria contrária à soberania absoluta.

A tese do líder pedessista é de que a Constituinte pode tudo em relação ao futuro texto constitucional, inclusive reduzir o mandato do presidente Sarney. O que ela não poderia, a seu ver, é alterar a atual Constituição porque não foi eleita com esta atribuição.

Exatamente por isso, Amaral insiste em que o PDS não apoiará, "em qualquer hipótese", o parágrafo 7 do artigo 57 do substitutivo Fernando Henrique Cardoso. Ele também não aceita os termos da emenda Maurílio Ferreira Lima, que dá poderes à Constituinte para revogar atos que venham a prejudicar os seus trabalhos.

CÂMARA

Outro ponto de divergência em torno do regimento é a exclusividade da Constituinte. O PDS e o PFL defendem o funcionamento normal da Câmara e do Senado durante a elaboração da nova Carta Magna e tentarão forçar a realização de sessão ordinária da Câmara amanhã.

Refutando as afirmações de que a iniciativa seria anti-regimental porque a sessão não foi formalmente convocada pelo deputado Ulysses Guimarães, o líder pedessista citou o artigo 29 da Constituição, que deter-

mina o funcionamento das duas Casas de 1º de março a 30 de junho e de 1º de agosto a 5 de dezembro. "Além disso, a convocação não precisa ser expressa; ela é automática".

A estratégia do PDS é aguardar a presença do deputado Ulysses Guimarães no plenário até as 13 horas de amanhã. Se ele não aparecer, um dos membros da Mesa ou o parlamentar mais velho assume a presidência dos trabalhos e abre a sessão, encerrando-a às 14 horas para a reunião da Constituinte e convocando nova reunião extraordinária para as 18h30.

Desta forma, se criaria um fato consumado que facilitaria as negociações em torno do assunto. O líder do PDS prevê que se chegará a um acordo no sentido de reunir a Câmara no mínimo duas vezes por semana, sempre em horário compatível com o funcionamento da Constituinte.

O deputado Amaral Netto ainda acredita que o presidente Ulysses Guimarães cumprirá a Constituição e abrirá a sessão de amanhã na Câmara. Se isto não ocorrer, o parlamentar promete utilizar "todos os recursos" para garantir o funcionamento daquela Casa, inclusive recorrer ao Supremo Tribunal Federal contra a decisão da Mesa.